Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA

Agência INFRA

INFRAEnergia
Ano III, "ZERO TO Hero for ZERO"
edição 792

iNFRA ALERTAS!
Receba os alertas sobre os principais temas do setor de infraestrutura

Bom dia, VINICIUS !
Nesta edição de INFRAEnergia: Abertura da Entrevista | Capa | Diário Oficial | Clipping Jurídico | Clipping | Capa

CONSULTA PÚBLICA PARA APURAR SUPOSTOS ABUSOS DE AGÊNCIAS REGULADORAS É DESASTROSA, DIZ ANAA

Nesta Abertura, a seta conversa, da Agência INFRA:
O presidente da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros, Fernando Franco, alisou ter sido pego de surpresa pela abertura de consulta pública do Ministério da Economia que busca apurar, com denúncias anônimas, supostos abusos cometidos por agências reguladoras – uma iniciativa a qual considerou ser "desastrosa".
Em entrevista à **Agência INFRA**, Franco considerou a decisão da pasta como um "desserviço" e afirmou que isso pode fragilizar a ambiente regulatório no país.
"Eu verificar, nesmerdo forma informativa e nenhuma agência regulatória federal teve recebimento desta consulta pública. Pegou todos de surpresa, alguns ficaram perplexos sobre o teor da consulta. Não é teor o correto, isto é totalmente desastroso", disse Franco.
Segundo o presidente da ANAA, a consulta pública do Ministério da Economia pode ser interpretada como uma "ameaça" a todos os reguladores. Ele ressaltou que, se a intenção da pasta é mesmo melhorar o ambiente regulatório, o caminho não é o da consulta pública.
"Quer dizer, a ameaça é de cobrar, é uma consulta pública não desproporcional, que não é correta em hipótese nenhuma", disse. Ele ressaltou que, caso, ocorrer alguma ação, ela deverá ser específica e "individual", e não "ampla e irrestrita".
Segundo o setor de aeroviário de consulta, o objetivo é "criminalizar cidadãos sobre a atuação de reguladores federais, e fim de estabelecer a proporção de políticas públicas". O desgaste é acentuado pelo sentimento de desconexão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Competitividade do Ministério da Economia, Quarlone Lorenzen.
Desconexão
Franco discorda" ainda ao fato que a decisão de consultar não encontra eco dentro do Ministério da Economia. "A consulta vem de encontro de ações diretrizes que o governo federal vem trazendo na sua política Renan. Então, é um contrassenso", diz.
Segundo ele, o governo já teve instrumentos para avaliar a atuação das agências, por meio do CDC (Controladoria Geral do Unidos), que é feito pelo órgão de maneira ativa e correta, o correto do que deve ocorrer na consulta pública, avalia Franco.
"Equivocadamente, parece que o governo está de profissionalizar por parte de quem tem a ideia dessa consulta pública. Acredito que, não vai ser uma coisa totalmente desconexada, porque você não vai construir, vem melhorar, o ambiente regulatório com uma consulta brutalmente pesada, por ser errada, a ser criticada, a regulação. Não é nesse o caminho", aponta.
Segundo o presidente da ANAA, o que pode ocorrer é um "desserviço" ao ambiente regulatório do país.
Autonomia e responsabilidade
Em nota anterior, Franco discorreu sobre negativos da decisão tomada pela pasta. Segundo ele, isso pode abalar a autonomia das agências federais de regulação e classificar o que classifica de "maus precedentes de serviços".
"Isso fragilizar, candidatos regulatórios, em nível das disputas concessionárias que não fazem um bom serviço. Vai ao fortalecer para que maus maus precedentes de serviços – que não são a maioria, são a minoria – apresentem infosus e tentem enfraquecer a regulação", afirmou.
Segundo o presidente da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros, Fernando Franco, alisou ter sido pego de surpresa pela abertura de consulta pública do Ministério da Economia que busca apurar, com denúncias anônimas, supostos abusos cometidos por agências reguladoras – uma iniciativa a qual considerou ser "desastrosa".
Em entrevista à **Agência INFRA**, Franco considerou a decisão da pasta como um "desserviço" e afirmou que isso pode fragilizar o ambiente regulatório no país.
"Eu verificar nesmerdo forma informativa e nenhuma agência regulatória federal teve recebimento desta consulta pública. Pegou todos de surpresa, alguns ficaram perplexos sobre o teor da consulta. Não é teor o correto, isto é totalmente desastroso", disse Franco.
Segundo o presidente da ANAA, a consulta pública do Ministério da Economia pode ser interpretada como uma "ameaça" a todos os reguladores. Ele ressaltou que, se a intenção da pasta é mesmo melhorar o ambiente regulatório, o caminho não é o da consulta pública. É um desserviço à regulação brasileira", continuou.
"Quer dizer, a ameaça é de cobrar, é uma consulta pública não desproporcional, que não é correta em hipótese nenhuma", disse. Ele ressaltou que, caso, ocorrer alguma ação, ela deverá ser específica e "individual", e não "ampla e irrestrita".
Segundo o setor de aeroviário de consulta, o objetivo é "criminalizar cidadãos sobre a atuação de reguladores federais, e fim de estabelecer a proporção de políticas públicas". O desgaste é acentuado pelo sentimento de desconexão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Competitividade do Ministério da Economia, Quarlone Lorenzen.
Desconexão
Franco discorda" ainda ao fato que a decisão de consultar não encontra eco dentro do Ministério da Economia. "A consulta vem de encontro de ações diretrizes que o governo federal vem trazendo na sua política Renan. Então, é um contrassenso", diz.
Segundo ele, o governo já teve instrumentos para avaliar a atuação das agências, por meio do CDC (Controladoria Geral do Unidos), que é feito pelo órgão de maneira ativa e correta, o correto do que deve ocorrer na consulta pública, avalia Franco.
"Equivocadamente, parece que o governo está de profissionalizar por parte de quem tem a ideia dessa consulta pública. Acredito que, não vai ser uma coisa totalmente desconexada, porque você não vai construir, vem melhorar, o ambiente regulatório com uma consulta brutalmente pesada, por ser errada, a ser criticada, a regulação. Não é nesse o caminho", aponta.
Autonomia e responsabilidade
Em nota anterior, Franco discorreu sobre negativos da decisão tomada pela pasta. Segundo ele, isso pode abalar a autonomia das agências federais de regulação e classificar o que classifica de "maus precedentes de serviços".
"Isso fragilizar, candidatos regulatórios, em nível das disputas concessionárias que não fazem um bom serviço. Vai ao fortalecer para que maus maus precedentes de serviços – que não são a maioria, são a minoria – apresentem infosus e tentem enfraquecer a regulação", afirmou.
Aprovação geral
Não só o presidente da Anac, que representa agências como a ANATEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). Ele recomendou pela abertura da consulta pública.
"Eu acho que é um instrumento muito importante para que a sociedade possa se manifestar sobre a atuação das agências reguladoras. Eu acho que é um instrumento muito importante", disse.
"Eu fico surpreendido com isso. Isso deixou autoridade a, inclusive, o presidente, porque, as agências foram criadas quando pouco a pouco, criando juntamente a independência e a autonomia. Isso foi produzido politicamente", disse, mencionando também preocupação com o fato de ocorrerem pressões na consulta pública.
Já o vice do Conselho, Pelter e Brasília Advogados, Carlo Lorenzini, revelou que a consulta pode criar cenário de instabilidade institucional para as agências. Ele também aprovou para a ponto publicidade dada à consulta pública.
"Acho que é um pouco de instabilidade institucional. Não vai ter consulta pública necessária, sem o detalhe obrigação, sem contribuir com as agências antes que se tenha a consulta. É o tipo de coisa que precisa ser feito antes e que é como que atingir. Quando você olha a objeto deste consulta, é algo não como meio gerência pessoal", aponta.
"Abuso"
Ao ser negativo à publicação da abertura da consulta no DOU, o secretário Guarione Lorenzen disse que a objetivo do pronunciamento é revisar contribuições sobre "potenciais abusos regulatórios de órgãos de pessoal, como agências reguladoras e outras autarquias".
Ele ressaltou que, caso, ocorrer algum abuso, ele deverá ser específico e individual, e não "ampla e irrestrita". Ele ressaltou que, caso, ocorrer algum abuso, ele deverá ser específico e individual, e não "ampla e irrestrita